

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da BNDES Participações S.A (BNDESPAR) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O cenário internacional em 2016 pode ser caracterizado por dois períodos bastante distintos. Inicialmente, a conjuntura externa era extremamente benigna para os mercados emergentes, com as economias avançadas ainda adotando amplos estímulos monetários como forma de fomentar o nível de atividade. Essa postura se traduziu em taxas de juros extremamente baixas (e até mesmo negativas em alguns casos), nas principais economias avançadas. Dessa forma, a liquidez internacional se manteve elevada, gerando amplos fluxos de capitais para os mercados emergentes. Houve, inclusive, alguma recuperação tanto das condições globais de crédito, quanto do nível de atividade nos mercados emergentes.

Todavia, essa configuração se modificou consideravelmente com a vitória do republicano Donald Trump nas eleições americanas, no início de novembro de 2016. Como consequência de suas propostas ao longo da campanha eleitoral, consolidou-se a percepção de que o processo de normalização da política monetária nos EUA ocorreria de maneira mais célere, gerando impactos relevantes tanto nos ativos financeiros quanto nos fluxos de capitais para mercados emergentes.

O cenário doméstico, de forma geral, foi marcado pela frustração na recuperação do nível de atividade. Os indicadores de confiança, que exibiram resultados positivos expressivos em boa parte do ano, mostraram sinais de arrefecimento no final do ano. Os segmentos de varejo e de serviços continuaram a exibir fragilidade, refletindo tanto o processo de distensão no mercado de trabalho - alta do desemprego e queda de salários reais -, quanto as condições restritivas do mercado de crédito bancário. Os níveis de ociosidade continuaram bastante elevados, sobretudo na indústria de transformação, afetando, de maneira acentuada, qualquer processo de recuperação dos investimentos. Como consequência, o PIB registrou nova queda em 2016.

Os indicadores operacionais do BNDES seguiram refletindo a situação da indústria e da economia como um todo, não apontando, ainda, para um movimento claro de ascensão na demanda por recursos do Banco. Os desembolsos atingiram R\$ 88 bilhões em 2016, com retração nominal de 35% frente a 2015. No entanto, os esforços do BNDES como indutor para a recuperação da atividade econômica continuam ocorrendo. Nesse sentido, os desembolsos do produto BNDES Automático apresentaram expansão, crescendo 9% no ano, em comparação com 2015. Destaque também para os programas agrícolas do Governo Federal, que totalizaram R\$ 15,7 bilhões em 2016, com alta de 16,9% frente ao ano de 2015 (54% desse valor é operacionalizado pelo BNDES Automático), e para o BNDES Progeren (programa destinado ao financiamento de capital de giro das empresas), que respondeu por R\$ 2,7 bilhões - alta de 68% em relação a 2015. Vale registrar que, do total dos desembolsos do Progeren, mais de 70% destinou-se às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), beneficiadas pela revisão recente do programa.

Em 2016, a inflação foi beneficiada não somente pelo forte hiato negativo do produto, mas também pela dissipação do choque de preços dos gêneros alimentícios, ocorrido no 1º semestre. Nesse sentido, o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização monetária, com duas reduções de 25 pontos básicos da taxa básica de juros, em outubro e novembro.

Sob o ponto de vista fiscal, o ano de 2016 se caracterizou pelo início da implementação de reformas estruturais - aprovação da PEC do Teto dos Gastos e apresentação da Reforma da Previdência - e pela deterioração da crise dos Estados. Do ponto de vista conjuntural, a queda na arrecadação tributária, juntamente com aumento de gastos obrigatórios, deteriorou o resultado primário e a trajetória de endividamento, que permanecem desfavoráveis em uma perspectiva de curto/médio prazo.

Por fim, as contas externas mostraram forte processo de ajustamento em 2016, reflexo, fundamentalmente, da queda da absorção doméstica e dos efeitos defasados da depreciação cambial de 2015. Boa parte do processo de reversão do déficit em conta corrente deve-se ao robusto superávit comercial.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Ano de 2016

Em 2016, a BNDESPAR apurou um prejuízo líquido de R\$ 1.002 milhões, o que representou uma melhora diante do prejuízo líquido de R\$ 7.641 milhões registrado em 2015. Esse desempenho decorreu, principalmente, da recuperação do resultado de participações societárias, que passou de um prejuízo de R\$ 12.354 milhões em 2015 para um prejuízo de R\$ 2.811 milhões em 2016.

Em relação ao 4T16, a BNDESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 413 milhões frente ao prejuízo líquido de R\$ 7.545 milhões no 4T15. O resultado positivo no 4T16 também é atribuído à recuperação do resultado de participações societárias, que passou de um prejuízo de R\$ 11.644 milhões no 4T15 para um lucro de R\$ 723 milhões no 4T16.

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 80.399 milhões em 31/12/16, um aumento de R\$ 13.071 milhões (19,4%) em relação à 31/12/15, proporcionado pelo crescimento de R\$ 16.789 milhões (36,3%) da carteira de participações societárias, especialmente da carteira de participações em sociedades não coligadas, que apresentou crescimento de R\$ 18.942 milhões em 2016, sendo parcialmente afetado pela redução de R\$ 2.083 milhões (17,8%) da carteira de debêntures.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 74.006 milhões em 31/12/16, um crescimento de R\$ 12.573 milhões (20,5%) no exercício decorrente do ajuste de avaliação patrimonial positivo de R\$ 13.575 milhões, contrapartida, líquida de tributos, da carteira de investimentos (participações em sociedades não coligadas, títulos públicos e debêntures) classificados como disponíveis para venda, que absorveu os efeitos do prejuízo líquido de R\$ 1.002 milhões em 2016.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2016	2015	Δ (%)	4T/16	4T/15	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias (RPS)	(2.811)	(12.354)	(77,2)	723	(11.644)	(106,2)
Resultado com Operações Financeiras	1.329	1.555	(14,5)	43	486	(91,2)
Outras Despesas Operacionais, líquidas	(607)	(1.140)	(46,8)	(178)	(539)	(67,0)
Tributação sobre o Lucro	1.132	4.373	(74,1)	(130)	4.227	(103,1)
Participação dos Empregados no Lucro	(45)	(75)	(40,0)	(45)	(75)	(40,0)
Lucro (prejuízo) Líquido	(1.002)	(7.641)	(86,9)	413	(7.545)	(105,5)
Resultado Ajustado (R\$ milhões) ^{1/}	2016	2015	Δ (%)	4T/16	4T/15	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias Ajustado	(2.548)	(11.888)	(78,6)	581	(11.608)	(105,0)
Outras Despesas e Receitas	722	415	74,0	(135)	(53)	154,7
Tributação sobre o Lucro Ajustado	1.043	4.215	(75,3)	(82)	4.215	(101,9)
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado	(783)	(7.258)	(89,2)	364	(7.446)	(104,9)
Posição Financeira (R\$ milhões)	Dez/16	Dez/15	Δ (%)	Dez/16	Set/16	Δ (%)
Ativo Total (AT)	80.399	67.328	19,4	80.399	75.196	6,9
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.962	1.590	149,2	3.962	3.082	28,6
Debêntures	9.613	11.696	(17,8)	9.613	9.876	(2,7)
Participações Societárias (PS) ^{2/}	63.084	46.295	36,3	63.084	57.872	9,0
Não Coligadas (avaliadas pelo valor justo)	47.029	28.087	67,4	47.029	41.337	13,8
Coligadas (avaliadas pelo MEP)	14.609	16.406	(11,0)	14.609	15.072	(3,1)
Fundos de Renda Variável	1.446	1.802	(19,8)	1.446	1.463	(1,2)
Outros Ativos	3.740	7.747	(51,7)	3.740	4.366	(14,3)
Obrigações por Emissão de Debêntures	2.675	3.554	(24,7)	2.675	2.628	1,8
Obrigações de Mútuos com o BNDES	553	500	10,6	553	541	2,2
Outras Obrigações	3.165	1.841	71,9	3.165	1.960	61,5
Patrimônio Líquido (PL)	74.006	61.433	20,5	74.006	70.067	5,6
Indicadores Financeiros (%)	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Set/16		
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	92,05%	91,24%	92,05%	93,18%		
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	78,46%	68,76%	78,46%	76,96%		
Rentabilidade (%)	2016	2015	4T/16	4T/15		
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{medido}) ^{3/}	-1,78%	-11,08%	3,19%	-43,99%		
Retorno s/ PL (LL / PL _{medido}) ^{4/}	-1,79%	-12,40%	3,01%	-48,80%		
Retorno s/ Participações Societárias (RPS / PS _{medido}) ^{5/}	-7,57%	-25,82%	8,39%	-100,47%		

^{1/} Excluída a marcação a valor justo dos derivativos de renda variável

^{2/} Inclui participações em coligadas, não coligadas e fundos de renda variável

^{3/} AT_{medido} = (AT inicial + AT final) / 2, excluído o AVM de não coligadas

^{4/} PL_{medido} = (PL inicial + PL final) / 2, excluído o AVM de não coligadas

^{5/} PS_{medido} = (PS inicial + PS final) / 2, excluído o AVM de não coligadas

Carteira de Participações Societárias

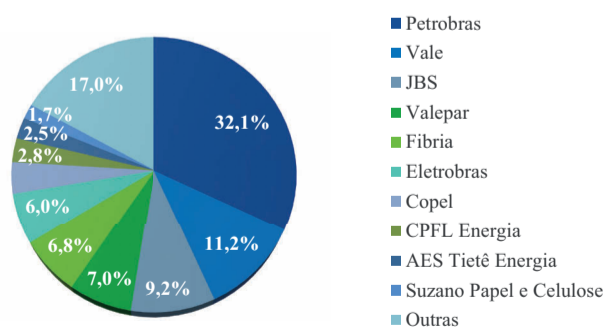
Principal ativo da BNDESPAR, a carteira de participações societárias totalizou R\$ 63.084 milhões em 31/12/16, equivalentes a 78,5% do ativo total na mesma data.

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e sociedades não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

As ações transferidas pelo BNDES à BNDESPAR decorrentes da integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009 também compõem a carteira de participações societárias.

Carteira de Participações Societárias

Em 31 de dezembro de 2016



Participações em Sociedades Coligadas

Os investimentos em coligadas atingiram R\$ 14.609 milhões em 31/12/16, uma redução de R\$ 1.797 milhões (11,0%) em relação à 31/12/15, explicada pelos efeitos da provisão para perdas por *impairment*, que atingiu R\$ 653 milhões em 2016, e do ajuste de avaliação patrimonial reflexo de R\$ 888 milhões decorrente de ajustes acumulados de conversão reconhecidos por coligadas.

No final de dezembro de 2016, foi concluída a reestruturação societária da Brasileira Participações, cujas etapas envolveram:

- cisão parcial da Companhia com versão do acervo cindido para a Nova Brasileira, seguido de venda parcial de ações da Nova Brasileira pela BNDESPAR à AES Brasil;
- resgate de ações em ativos representados pelo direito de capitalização de ágio especial, cedido contratualmente à AES Brasil com contrapartida no futuro recebimento de novas ações resultantes da capitalização de ágio pela Controladora; e
- incorporação reversa de acervo líquido da Nova Brasileira pela Eletropaulo.

A operação incluiu a rescisão do atual acordo de acionistas da Brasileira Participações, celebrado em 31/12/2015, e a celebração de dois novos acordos de acionistas da Brasileira Participações e da Eletropaulo, respectivamente, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da reorganização.

Em decorrência da reestruturação, a BNDESPAR passou a deter a participação direta de 22,2% no capital votante e de 18,5% no capital total da Eletropaulo, na qual se verificou a perda de influência significativa, considerando inclusive os termos do novo Acordo de Acionistas celebrado. A participação da BNDESPAR na Eletropaulo foi reclassificada para Instrumento Financeiro Disponível para Venda e totalizou R\$ 342 milhões em 31/12/16 (R\$ 6 milhões em 30/09/16).

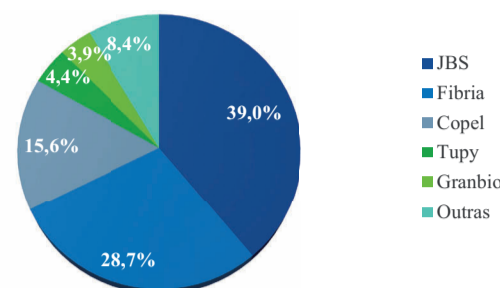
Em relação à Brasileira Participações, a BNDESPAR manteve a mesma participação anterior, de 50% no capital votante e de

53,8% no capital total da Companhia, e o valor do investimento passou de R\$ 369 milhões em 30/09/16 para R\$ 17 milhões em 31/12/16.

Em síntese, a reestruturação societária da Brasileira Participações também contribuiu para redução da carteira de coligadas em 2016 já que resultou na redução do investimento na Brasileira Participações, classificado como coligada, e aumento do investimento na Eletropaulo, classificado como não coligada.

Carteira de Participações em Sociedades Coligadas

Em 31 de dezembro de 2016



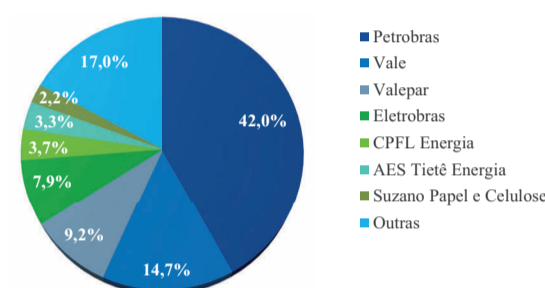
Participações em Sociedades Não Coligadas

As participações em sociedades não coligadas apresentaram crescimento de R\$ 18.942 milhões (67,4%) em 2016 decorrente da valorização da carteira como um todo, mas especialmente dos investimentos na Petrobras, Vale e Eletrobras, conforme apresentado no quadro abaixo.

Companhia	Valor Contábil (R\$ milhões)		Δ% 2015/2016
	31/12/2015	31/12/2016	
Eletrobras	1.007	3.713	268,7%
Petrobras	8.993	19.758	119,7%
Vale	3.362	6.894	105,1%
Outros	14.725	16.664	13,2%
Total	28.087	47.029	67,4%

Carteira de Participações em Sociedades Não Coligadas

Em 31 de dezembro de 2016



Carteira de Debêntures

Para apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais e complementar as opções de financiamento às empresas brasileiras, a BNDESPAR conta com produtos e programas que incentivam a emissão de títulos corporativos de renda fixa, tais como debêntures.

Segundo maior ativo da BNDESPAR, a carteira de debêntures totalizou R\$ 9.613 milhões (12,0% do ativo total) em 31/12/16, uma redução de R\$ 2.083 milhões (17,8%) diante de 2015 provocada por conversões de debêntures em ações de R\$ 761 milhões, com destaque para Lojas Americanas e AGC Energia (conversão em ações da CEMIG), e pela baixa de R\$ 732 milhões decorrente da alienação de debêntures da Odebrecht Agroindustrial Participações.

Debêntures Designadas

São debêntures com cláusula de conversão ou permuta (derivativos embutidos) e representam 42,6% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/16. São avaliadas a valor justo, cujas variações impactam diretamente o resultado.

Debêntures - Empréstimos e Recebíveis

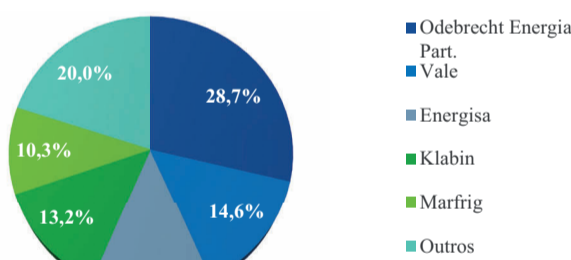
Devido à característica de dívida, são avaliadas pelo custo amortizado. Representam 54,1% do saldo da carteira em 31/12/16.

Debêntures Disponíveis para Venda

São avaliadas a valor justo, cujas variações impactam, primeiramente, o patrimônio líquido e afetam o resultado apenas na baixa do investimento, geralmente por alienação. Representam 3,3% do saldo em 31/12/16.

Carteira de Debêntures

Em 31 de dezembro de 2016



Outros Ativos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda a prazo de títulos e valores mobiliários, dividendos e JCP a receber e créditos tributários.

A queda de R\$ 4.007 milhões (51,7%) em 2016 reflete a redução de R\$ 4.629 milhões nos créditos tributários, provocada pela recuperação do valor justo das ações.

Gerenciamento da Carteira de Investimentos

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2016, tal carteira compreendia títulos de emissão de 140 empresas (incluindo ações em 111 empresas) e de 46 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, energia elétrica, mineração, alimentos e bebidas, papel e celulose e logística e transportes.

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016

Sector	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	32,0%	0,0%	0,0%	0,0%	27,6%
Energia Elétrica	16,5%	48,1%	0,0%	95,9%	20,1%
Mineração	17,8%	16,7%	0,0%	0,0%	17,2%
Alimentos/Bebidas	11,6%	11,8%	0,0%	0,0%	11,3%
Papel e Celulose	10,9%	15,2%	0,0%	0,0%	11,2%
Logística e Transporte	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Fundos de Investimentos	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	2,0%
Tecnologia da Informação	1,6%	3,8%	0,0%	0,0%	1,8%
Bens de Capital	2,1%	0,0%	0,0%	4,0%	1,8%
Sucroalcooleiro	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Outros	3,8%	4,4%	0,0%	0,1%	3,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2016, a BNDESPAR tinha representantes em 12 Conselhos Fiscais e em 47 Conselhos de Administração no universo de 111 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, tinha Acordo de Acionistas em 55 dessas empresas.

Fontes de Recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros recebidos de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os mútuos com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir suas subsidiárias com os recursos necessários à execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

Obrigações de Mútuos com o BNDES

Os mútuos com o BNDES totalizaram R\$ 553 milhões em 31/12/16, equivalente a 0,7% do *funding* da BNDESPAR na mesma data.

Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 3,3% de seu *funding* em 31/12/16. Referem-se a debêntures simples, da espécie quirográfrica, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e seis emissões.

As emissões públicas da BNDESPAR têm como principais objetivos:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, estimulando a negociação dos papéis em circulação.

A redução de R\$ 879 milhões (24,7%) em 2016 decorre da liquidação, no vencimento, de 711.000 debêntures simples (1ª e 2ª séries) da Segunda Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2012), no valor total de R\$ 1.108 milhões.

Outras Obrigações

O saldo de outras obrigações apresentou aumento de R\$ 1.324 milhões (71,9%) em 2016 devido à constituição de tributos diferidos no montante de R\$ 1.057 milhões sobre o ajuste a valor justo positivo da carteira de participações em não coligadas.

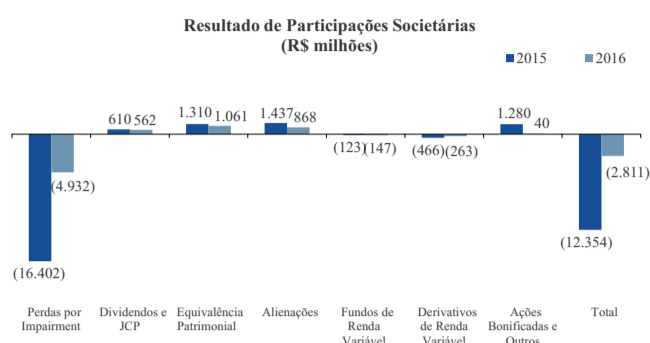
Patrimônio Líquido

O crescimento de R\$ 12.573 milhões (20,5%) do patrimônio líquido em 2016 é formado pelo ajuste de avaliação patrimonial positivo dos títulos disponíveis para venda, no valor de R\$ 13.575 milhões, líquido de tributos, que absorveu os efeitos do prejuízo líquido de R\$ 1.002 milhões em 2016.

Resultado de Participações Societárias

Reflete o desempenho das empresas da carteira de renda variável da BNDESPAR e, como tal, é sensível a mudanças nos mercados de capitais brasileiro e internacionais.

Conforme se observa abaixo, a recuperação do resultado de participações societárias em 2016 foi puxada pela redução de R\$ 11.470 milhões (69,9%) das perdas por *impairment*, e, em menor escala, à melhora do resultado com derivativos de renda variável.



As **perdas por impairment** são constituídas em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. Do total de R\$ 4.932 milhões registrados em 2016, R\$ 4.279 milhões se referem a investimentos em sociedades não coligadas e R\$ 653 milhões em sociedades coligadas. Em 2015, a perda por *impairment* na Petrobras respondeu por aproximadamente 75% da perda registrada.

A **receita com dividendos e JCP** reflete o desempenho das empresas que compõem a carteira de não coligadas da BNDESPAR, avaliadas ao valor justo. Em 2016, AES Tietê e CEMIG foram as principais pagadoras de dividendos/JCP à BNDESPAR, sendo de R\$ 233 milhões e R\$ 52 milhões, respectivamente. Já em 2015, os destaques foram Vale (R\$ 266 milhões) e CEG (R\$ 59 milhões).

O **resultado de equivalência patrimonial** apresentou queda de R\$ 249 milhões (19,0%), refletindo a queda do resultado com a JBS e com a AES BEH II, que passou de um ganho de R\$ 1.555 milhões em 2015 para um ganho de R\$ 8 milhões em 2016.

As flutuações no **resultado de alienação de TVM** refletem mudanças nos cenários de oportunidades de desinvestimentos. As principais alienações realizadas em 2016 foram Braskem, Petrobras e Klabin, que somaram resultado de R\$ 765 milhões. Já em 2015, as principais alienações foram JBS, Klabin e Suzano.

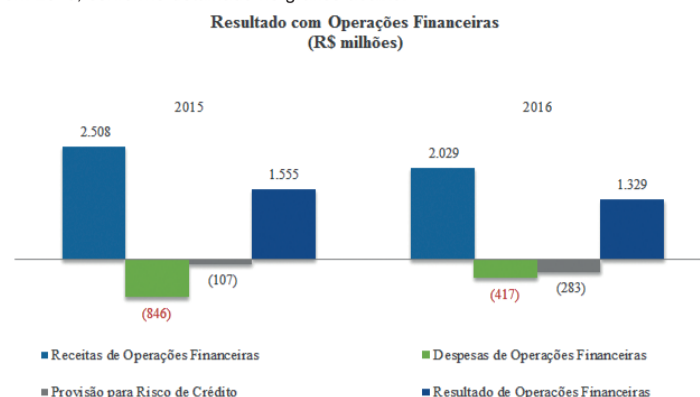
Os desinvestimentos visam reciclar a carteira de renda variável do Sistema BNDES e contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, por meio do aumento da liquidez dos papéis e da ampliação e diversificação da base de investidores.

O **resultado com derivativos** reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis. A melhora do resultado em 2016 se deve à redução da perda com derivativos embutidos em debêntures, que passou de R\$ 443 milhões em 2015 para R\$ 244 milhões em 2016.

O **resultado com ações bonificadas e outros** em 2015 reflete o ganho de R\$ 1.155 milhões decorrente de alteração de critério contábil de avaliação de investimentos, exigida pela perda de influência nos investimentos na AES Tietê Energia e na Ouro Fino Saúde Animal. O ganho é a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil na data do evento que resultou na mudança da classificação contábil.

Resultado de Operações Financeiras

O **resultado de operações financeiras** em 2016 foi positivo em R\$ 1.329 milhões, ante um resultado positivo de R\$ 1.555 milhões em 2015, conforme detalhado no gráfico abaixo.



A redução do resultado de operações financeiras em 2016 se deve ao aumento da provisão para risco de crédito.

As receitas de operações financeiras compreendem a remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados; a remuneração da carteira de venda de ações a prazo; a remuneração dos fundos de investimento; e a receita de comissões e prêmios. A redução de 19,1% das receitas financeiras em 2016 reflete a queda de 34,8% das receitas com debêntures, explicada pela redução de 17,1% da carteira de debêntures entre os exercícios.

As despesas financeiras representam os encargos financeiros dos empréstimos com o BNDES e com a STN (apenas em 2015) e os encargos sobre as debêntures emitidas. A redução de 50,7% das despesas financeiras em 2016 se deve à liquidação antecipada da dívida total com o TN, no valor de R\$ 1.893 milhões, em dezembro de 2015.

RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a BNDESPAR contava com 52 profissionais (55 em 31 de dezembro de 2015) em seu quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987. A Área de Mercado de Capitais que, em 2016, absorveu parte da extinta Área de Capital Empreendedor, e desempenha atividades exclusivas da BNDESPAR, reunia, em 31/12/16, 121 profissionais, sendo 105 de nível superior, 14 de nível médio e 2 de nível fundamental.

INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		8.741.380	3.175.953
Caixa e equivalentes de caixa		3.961.872	1.589.768
Títulos e valores mobiliários		3.098.717	105.555
Debêntures	5	1.041.477	105.555
Ações e bônus de subscrição	4.2	2.057.240	-
Outros créditos		1.679.792	1.479.631
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	272.665	235.620
Direitos recebíveis	7	1.286	6.496
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		161.700	260.970
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	648.687	515.240
Devedores por depósitos em garantia	8	14.235	4.991
Diversos		581.219	456.314
Outros valores e bens		999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		71.657.716	64.152.245
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		57.048.473	47.746.697
Títulos e valores mobiliários		55.311.208	41.820.207
Debêntures	5	8.571.186	11.590.013
Ações e bônus de subscrição	4.2	44.971.353	28.086.586
Cotas de fundos de investimento	6	1.446.304	1.802.472
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	322.365	341.136
Outros créditos		1.737.265	5.926.490
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	745.272	457.955
Direitos recebíveis	7	127.747	18.533
Créditos tributários	11.1.2	-	4.629.449
Incentivos fiscais		214.194	214.894
Devedores por depósitos em garantia	8	649.647	605.659
Diversos		405	-
Investimentos	4.3	14.609.243	16.405.548
Participações em coligadas		14.609.243	16.405.548
TOTAL DO ATIVO		80.399.096	67.328.198

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		5.807.816	8.239.104
De participações societárias		3.778.479	5.731.355
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	2.718.528	2.994.129
Resultado com alienações de títulos de renda variável		867.933	1.436.639
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(263.130)	(466.328)
Juros sobre o capital próprio	4.2.3	161.716	300.022
Dividendos	4.2.3	400.266	310.372
Outras receitas com participações societárias		40.081	1.279.038
Resultado com fundos de investimento		(146.915)	(122.517)
De operações financeiras		2.029.337	2.507.749
Receitas de operações de crédito		130.374	137.663
Títulos e valores mobiliários		1.898.963	2.370.086
DESPESAS OPERACIONAIS		(7.289.427)	(19.038.172)
De participações societárias		(6.588.989)	(18.085.723)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(1.657.142)	(1.683.755)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	4.2.2 e 4.3.4	(4.931.847)	(16.401.968)
De operações financeiras		(700.438)	(952.449)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
Emissão de debêntures		(368.722)	(492.411)
BNDES		(48.683)	(102.271)
Secretaria do Tesouro Nacional		-	(250.450)
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	9	(283.033)	(107.317)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(606.965)	(1.139.849)
Despesas com tributos		(169.046)	(142.979)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(578)	(528)
Despesas com pessoal		(304.149)	(400.462)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(115.533)	(161.318)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		66.986	(355.082)
Despesas administrativas		(77.369)	(98.781)
Diversas		(7.276)	19.301
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(2.088.576)	(11.938.917)
Imposto de renda	11	(452.692)	(411.590)
Contribuição social	11	(167.261)	(153.002)
Tributos diferidos	11	1.750.805	4.937.430
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		(957.724)	(7.566.079)
Participação nos resultados	12.6	(44.580)	(74.516)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.002.304)	(7.640.595)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		(1.002.304.499)	(7.640.595.166)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(1.002.304)	(7.640.595)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	15.211.042	4.302.135
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	73.832	(136.819)
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(747.160)	70.246
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	(825.877)	879.863
Outros resultados abrangentes de coligadas	61.310	(264.094)
Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários	(198.082)	130.055
Total do resultado abrangente do exercício	12.572.761	(2.659.209)
Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio	14.265.800	4.502.436
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	(690.735)	478.950

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
				Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2015	60.344.504	92.993	1.537.034	268.341	1.623.279	2.016.814	(125.260)	351.570	-	66.109.275
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.016.814)	-	-	-	(2.016.814)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.502.436	478.950	-	4.981.386
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.640.595)	(7.640.595)
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º 13)										
Absorção do prejuízo líquido em reservas:										
. Reversão da reserva de capital - incentivos fiscais	-	(92.993)	-	-	-	-	-	-	92.993	-
. Reversão da reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	(1.623.279)	-	-	-	1.623.279	-
. Reversão da reserva legal	-	-	(1.537.034)	-	-	-	-	-	1.537.034	-
. Reversão da reserva de lucros - incentivos fiscais	-	-	-	(268.341)	-	-	-	-	268.341	-
Em 31 de dezembro de 2015	60.344.504	-	-	-	-	-	4.377.176	830.520	(4.118.948)	61.433.252
Mutações no exercício	-	(92.993)	(1.537.034)	(268.341)	(1.623.279)	(2.016.814)	4.502.436	478.950	(4.118.948)	(4.676.023)
Em 1º de janeiro de 2016	60.344.504	-	-	-	-	-	4.377.176	830.520	(4.118.948)	61.433.252
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 13)	-	-	-	-	-	-	14.265.800	(690.735)	-	13.575.065
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.002.304)	(1.002.304)
Em 31 de dezembro de 2016	60.344.504	-	-	-	-	-	18.642.976	139.785	(5.121.252)	74.006.013
Mutações no exercício	-	-	-	-	-	-	14.265.800	(690.735)	(1.002.304)	12.572.761

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2016		2015	
RECEITAS	2.612.291		4.497.215	
Intermediação financeira	2.029.337		2.507.749	
Outras receitas	865.987		2.096.783	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(283.033)		(107.317)	
DESPESAS	(5.773.094)		(17.714.152)	
Intermediação financeira	(417.405)		(845.133)	
Perda de valores ativos	(4.931.847)		(16.401.968)	
Outras despesas	(423.842)		(467.051)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(59.920)		(72.705)	
Materiais, energia e outros	(7.710)		(11.222)	
Serviços de terceiros	(52.210)		(61.483)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.220.723)		(13.289.642)	
RETENÇÕES	(5.094)		(8.013)	
Depreciação	(5.094)		(8.013)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(3.225.817)		(13.297.655)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.623.368		1.920.769	
Resultado de equivalência patrimonial	1.061.386		1.310.375	
Dividendos e juros sobre capital próprio	561.982		610.394	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(1.602.449)		(11.376.886)	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(1.602.449)	100,0%	(11.376.886)	100,0%
Pessoal e encargos	261.379	-16,3%	347.713	-3,1%
- Remuneração direta	162.035		228.598	
- Benefícios	85.439		101.933	
- FGTS	13.859		17.022	
- Outros	46		160	
Participação nos resultados	44.580	-2,8%	74.516	-0,7%
Impostos, taxas e contribuições	(918.459)	57,3%	(4.176.583)	36,7%
- Federais	(920.059)		(4.178.806)	
- Estaduais	5		7	
- Municipais	1.595		2.216	
Aluguéis	12.355	-0,8%	18.063	-0,2%
Prejuízos retidos	(1.002.304)	62,6%	(7.640.595)	67,4%

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social e da participação nos resultados	(2.088.576)	(11.938.917)
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	4.677.474	15.458.255
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	283.033	107.317
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	115.533	161.318
Resultado de participações em coligadas	(1.061.387)	(1.310.374)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(159.618)	(933.755)
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	368.092	557.440
Depreciação	5.094	8.013
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	4.931.847	16.401.968
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	263.130	466.328
Ganho na compra vantajosa de investimentos	(68.250)	-
Varição de ativos e obrigações	128.152	(198.812)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(711.399)	(144.479)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	1.728.018	4.744.668
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(217.114)	(528.038)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	52.798	(3.228.922)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(439.193)	(12.320)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	-	(103.257)
. IR e CSLL pagos	(284.958)	(926.464)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	2.717.050	3.320.526
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	463.461	1.574.510
. Compra de investimentos	(90.939)	(182.603)
. Recebimento de dividendos de coligadas	530.118	946.307
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	902.640	2.338.214
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(1.247.586)	(1.075.925)
. Dividendos pagos	-	(3.062.358)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(1.247.586)	(4.138.283)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.372.104	1.520.457
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	1.589.768	69.311
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.589.768	69.311
Final do exercício	3.961.872	1.589.768
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	3.961.872	1.589.768
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.372.104	1.520.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ANTÔNIO CARLOS PAIVA FUTURO
CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO
FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

CONSELHO FISCAL:

CLAUDIO AZEVEDO COSTA
LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
MARIANGELA FIALEK
RODRIGO SAMPAIO MARQUES - SUPLENTE
GERMÃO DE OLIVEIRA FARIAS - SUPLENTE

DIRETORIA:

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES – DIRETOR- PRESIDENTE
CLAUDIA PIMENTEL TRINDADE PRATES
CLAUDIO COUTINHO MENDES
ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE
MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS
RICARDO BALDIN
RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS
VINICIUS DO NASCIMENTO CARRASCO
SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:
VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH – CRC-RJ 064817/O-3
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:
ALEXANDRE CORDEIRO DE ANDRADE - CRC-RJ 080694/O-0

PARECER N.º 01/ 2017 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (CNPJ: 00.383.281/0001-09 e NIRE 533.0000.2371), consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as recomendações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DEST/MPOG) contidas nas Notas Técnicas N.ºs 339 e 401/CGCOR/DEST/SE-MP, datadas respectivamente de 20/08/12 e 16/09/13, examinou o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/16 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 06/03/17, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDESPAR em 31/12/16, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações,

correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à manutenção do prejuízo do exercício, de R\$ 1.002.303.956, 15 (um bilhão, dois milhões, trezentos e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos), em conta de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Rio de Janeiro (RJ), 06 de março de 2017
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Claudio Azevedo Costa
Mariângela Fialek

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e aos Administradores da
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado. Estes instrumentos de renda variável compõem a principal categoria de ativos nos quais a Companhia possui investimentos. Estes ativos estão classificados na categoria contábil de "instrumento financeiro disponível para venda", e desta forma, o ajuste a valor de mercado destas ações é contabilizado em "Outros Resultados Abrangentes".

Qualquer ajuste por perda significativa ou prolongada do valor dos investimentos classificados na categoria acima citada deve ser reconhecido no resultado.

A Companhia realizou um estudo técnico detalhado da sua carteira de participações e atribuiu a cada um dos seus ativos (ações), limites máximos de declínio de valor e tempo decorrido de desvalorização, para fins de definição de gatilhos quanto à análise do valor recuperável dos ativos. Estes ativos foram agrupados em relação à volatilidade do valor de mercado cotado em bolsa de valores. Sendo assim, toda vez que um ativo supera os parâmetros de declínio ou tempo, relacionado à banda de volatilidade a qual ele está agrupado, há evidência de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Estes parâmetros foram estabelecidos com base nos dados históricos de cada ativo como forma de apurar perdas estatisticamente esperadas, tendo como principal premissa uma avaliação do valor de mercado dos ativos. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos parâmetros para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos a política contábil e o estudo preparado pela Companhia com o objetivo de avaliar a razoabilidade e a profundidade das análises efetuadas e os julgamentos exercidos pela Companhia. Adicionalmente, acompanhamos ao longo do exercício, as variações no valor de mercado desses ativos financeiros e comparamos com os parâmetros da política contábil da Companhia, visando avaliar quaisquer desvios no reconhecimento de eventuais perdas. Adicionalmente, avaliamos possíveis impactos de influência qualitativa com base nas análises preparadas pela Companhia. Também recalculamos o valor de mercado desses ativos financeiros, além de avaliarmos a adequação da contabilização das eventuais perdas incorridas, tendo como base as

regras contábeis vigentes. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente o detalhamento das perdas ocorridas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Valor recuperável dos investimentos em companhias coligadas

A Companhia possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como, contribuem de forma relevante para os resultados auferidos pela Companhia ao longo do exercício. Esses investimentos são classificados na categoria contábil de "participação em companhias coligadas" e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução no valor recuperável ("impairment") destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Comparamos o valor de mercado das principais companhias coligadas com o valor contábil do investimento, e, para os casos em que o valor de mercado fosse inferior, avaliamos se apenas essa comparação já constituía evidência de perda ("impairment"), vis-à-vis o julgamento previamente exercido pela Companhia quanto ao assunto. Pesquisamos dados de mercado das coligadas que servem de insumo para análises qualitativas e que podem sugerir perdas no valor recuperável das coligadas.

A Companhia prepara avaliação de valor recuperável sempre que, em seu julgamento, houver indicativo de perda em determinado investimento. Preparamos avaliações semelhantes, de forma independente, e caso nosso julgamento apontasse evidência de perda significativa no valor patrimonial, solicitamos à Companhia que nos apresentasse seus estudos de valor em uso, assim como os julgamentos exercidos quanto às evidências qualitativas. Envolvemos nossos especialistas em modelagem econômico-financeira para analisar os estudos de valor em uso preparados pela Companhia. Os principais procedimentos estão relacionados à verificação da razoabilidade dos modelos matemáticos dentro de padrões de mercado aceitos, e, análise das projeções de fluxos de caixa e a capacidade de execução dos planos de negócios de cada coligada, sob os quais as avaliações econômico-financeiras foram estruturadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Bruno Vergasta de Oliveira
Contador CRC RJ-093416/O-T SP